

DIZENDO (D)O FEMININO NA MÍDIA

Ceres Carneiro
Silmara Dela Silva

Introdução

Nosso envolvimento com pesquisas relacionadas à mídia e ao feminino vem de longa data. Em reflexões elaboradas conjuntamente, ou em parceria com outras pesquisadoras, voltamo-nos a análises discursivas de *corpora* diversos, contemplando questões como: a mulher como acontecimento jornalístico na mídia (DELA-SILVA, 2017); o discurso sobre mulher e beleza (DELA-SILVA; DAROZ; CARNEIRO, 2017); os lugares atribuídos à mulher na relação entre mídia e mercado (DELA-SILVA; GIMENES; TEIXEIRA, 2018); a mulher no poder político (GARCIA; LUNKES; DELA-SILVA, 2019). Em pesquisa anterior, Carneiro (2018) refletiu sobre o casamento a partir de discursos produzidos por mulheres, em posição de esposa ou de amante, em cartas publicadas no “consultório sentimental” da revista *Claudia*, entre as décadas de 1960 e 2010. Optamos por avançar em nossas reflexões que decorrem dessa pesquisa (DELA-SILVA; CARNEIRO, 2019), refletindo, nesse momento, acerca de como o feminino e o casamento vêm sendo discursivizado na mídia digital, especificamente no *blog* da pastora evangélica Viviane Freitas, inserido no *site* da Igreja neopentecostal Universal do Reino de Deus.¹

O paulatino crescimento da população evangélica no Brasil e a interferência dessa religião na política nacional, assim como o expressivo crescimento das redes sociais como fonte de informação, em detrimento da imprensa, são fatores que nos motivaram a analisar esse novo objeto, ou seja, discursos da/na mídia digital que se ocupam de dizer do e sobre o feminino, em nossa conjuntura sócio-histórica. Com esse movimento, nos

¹ As reflexões aqui propostas decorrem de duas pesquisas em andamento: da pesquisa de pós-doutoramento “*Casamento blindado*”: *sentidos in-esperados nos discursos religiosos de mulheres sobre o casamento*, em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF, desde abril de 2019; e da pesquisa “*O discurso midiático e seu funcionamento: entre o publicitário e o jornalístico*”, em desenvolvimento no Instituto de Letras da UFF, desde outubro de 2018, contemplada no Edital FAPERJ Jovem Cientista do Nosso Estado (2018-2021).

deslocamos dos discursos legitimados na mídia impressa para aqueles que ganham legitimidade no digital. E nos deslocamos também para a análise de um discurso religioso, ausente em Carneiro (2018). Nosso gesto de análise direciona-se a materialidades que, em diferentes condições de circulação, dizem da mulher e(m) sua relação com o casamento.

Da perspectiva teórico-metodológica da análise de discurso, tal como proposta por Michel Pêcheux, na França, e reterritorializada, no Brasil, a partir dos trabalhos de Eni Orlandi, entendemos que os discursos – efeitos de sentidos para e por sujeitos – decorrem de condições específicas de constituição e formulação, mas também de circulação (ORLANDI, 2001). Como decorrência, buscamos compreender o modo como discursividades sobre a mulher e o casamento ganham lugar, produzindo efeitos sobre os sujeitos e o social, em duas distintas condições de circulação: o “consultório sentimental” da revista feminina *Claudia* e a seção “Casamento Blindado 2.0”, do *blog* de Viviane Freitas; nesse caso, trata-se de dizeres que se sustentam por um discurso religioso, que se propõe a falar para mulheres evangélicas, na rede eletrônica. Nosso foco, assim, é a discursivização sobre a mulher e o casamento que se marca nos dizeres em curso nos pedidos de conselho e nos aconselhamentos dados em diferentes condições de produção discursivas, em seus movimentos de dizer sobre o feminino na mídia.

Da mídia impressa à digital

No campo dos estudos da comunicação e do jornalismo, são muitas as reflexões acerca do crescimento da mídia digital na atualidade e de seu impacto nas práticas jornalísticas e midiáticas. Para o percurso que aqui empreendemos, que compreende tais práticas como práticas discursivas, nos ocupamos de estabelecer alguns limites entre os discursos jornalísticos e midiáticos, de modo a refletirmos acerca das condições de produção dos discursos sobre a mulher e o casamento, que constituem o nosso *corpus* analítico. Isso porque, conforme adverte Pêcheux ([1969] 1997, p. 78, itálicos do original), “*não é integralmente linguístico*” o funcionamento dos processos discursivos; seu funcionamento se dá “em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto do discurso, mecanismo a que chamamos ‘condições de produção’ do discurso.” (*idem, ibidem*).

Conforme Pena (2015), mídia e imprensa são conceitos que não se confundem, mas que se relacionam historicamente. Na mídia, nos termos desse autor (PENA, 2015, p. 31), “estão incluídos todo o tipo de manifesta-

ção cultural presente no espaço público, como novelas e filmes, por exemplo, enquanto o segundo [a imprensa] refere-se à produção de notícias...”. Ainda conforme Pena (2015, p. 31): “Mas como a imprensa está no interior da mídia, sendo também uma de suas manifestações, as influências são mútuas.”. Por decorrência dessas influências mútuas entre mídia e imprensa, são notáveis as mudanças nas práticas jornalísticas e nas condições de circulação das notícias a que assistimos nas últimas décadas. Da constituição da imprensa de massa, que se efetiva na passagem dos séculos XIX ao XX, para a época do jornalismo que se caracteriza “pela informação eletrônica e interativa, com ampla utilização da tecnologia” (PENA, 2015, p. 33), e que se localiza temporalmente a partir da década de 1960, são visíveis as mudanças nas condições de circulação e, por consequência, as mudanças naquilo que pode e deve ser dito nessas diferentes condições sócio-históricas.

Discursivamente, entendemos a mídia como um espaço privilegiado para constituição, formulação e circulação de sentidos (DELA-SILVA, 2008), e o discurso jornalístico, por sua vez, como sendo uma das práticas discursivo-midiáticas a ocupar tal espaço. Assim, a mídia comporta em si o espaço do jornalístico, do publicitário, do entretenimento; e tais espaços se configuram imaginariamente, a partir dos efeitos de sentidos que neles estão ou não autorizados a circular. É no interior do jornalismo como prática discursiva no Brasil que se institui a imprensa feminina, ponto de partida para a constituição de nosso *corpus* de análise.

A primeira revista dedicada às mulheres no Brasil – *Espelho Diamantino* – teve circulação no Rio de Janeiro, entre os anos de 1827 e 1828, reunindo, conforme Scalzo (2003, p. 28), “textos leves e didáticos sobre política nacional e internacional, trechos de romances estrangeiros, críticas de literatura, músicas, belas-artes, teatro e notícias sobre moda além de crônicas e anedotas”. A essa publicação, seguiram-se inúmeras outras, como: *O Jornal das Senhoras*, *O Correio das Damas*, *O Espelho das Belas*, quase todas se caracterizando por demarcar, já em seu título, a sua condição de periódico destinado às mulheres. Como registra Carneiro (2018, p. 34), a partir da observação dos nomes dessas publicações, trata-se de “uma imprensa que segrega, marca que aquele periódico é destinado às mulheres porque ‘coisas de mulheres’ não seriam de interesse dos homens”.

A revista *Claudia*, uma publicação da Editora Abril, iniciou sua circulação no ano de 1961, apresentando-se, já em seu primeiro editorial, como “criada para ajudá-la a enfrentar realisticamente os problemas de todos os dias”, tornando-se, assim, “uma amiga simpática e moderna” (CARNEIRO,

2018, p. 45). Valendo-se desse efeito de aproximação com as leitoras, *Claudia* traz em suas páginas reportagens, entrevistas, mas também seções de cartas e colunas variadas, dentre elas, àquelas destinadas ao aconselhamento sentimental. Assim, em meio aos dizeres que circulam perpassando reportagens e colunas dedicadas a temáticas diversas, todas elas imaginariamente de interesse da mulher, o discurso jornalístico, nas revistas femininas, mantém uma de suas principais propriedades, qual seja: “sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, [...] sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes.” (MARIANI, 1998, p. 63).

Da mídia impressa e, mais especificamente, da revista feminina *Claudia*, interessa-nos, conforme já mencionamos, o funcionamento do “consultório sentimental”. Presente na revista *Cláudia* desde as suas primeiras edições até o ano de 2016, a seção era destinada ao aconselhamento sentimental das leitoras, que encaminhavam relatos de seus problemas pessoais à revista por meio de cartas (CARNEIRO, 2018), a serem respondidas por uma consultora. Segundo Carmen da Silva (1967), a mais emblemática consultora sentimental de *Claudia*, entre as décadas de 1960 e 1970, eram enviadas, por mês, à revista uma média de quatrocentas e cinquenta (450) cartas de mulheres suplicando por conselhos, em sua maioria, relativos a conflitos matrimoniais. Tal seção deixou de circular na revista impressa em 2016, mas a prática de aconselhamentos se mantém no espaço digital, como é o caso dos *blogs*.

Inicialmente criados “com o intuito de funcionar como diários íntimos, em que as pessoas relatavam seu dia-a-dia despretensiosamente” (PERRET, 2008, p. 15), os *blogs* foram aos poucos comportando assuntos de maior interesse coletivo e, finalmente, passaram a ser assimilados pela mídia tradicional. Aos *sites* e portais de jornais e revistas na *internet*, atualmente, estão associados *blogs* de jornalistas das próprias empresas e de colunistas convidados. No caso das cartas sentimentais e suas respostas, com circulação na mídia impressa desde a década de 1960, o que antes era escrito, enviado pelas consulentes e lido e respondido, em uma página da revista, pela conselheira, deixou de ser uma prática em nossa formação social, pois, na era digital, novas condições de formulação e de circulação se constituíram: conselhos sobre quase tudo estão disponíveis em diversas plataformas digitais, expressos de forma atrativa para cativar mais e mais seguidores, como parte de um processo de integração das práticas cotidianas às plataformas digitais. Conforme afirma Freitas (2020, p. 80): “as tecnologias

digitais participam dos processos que conferem ao sujeito a necessidade de homogeneidade lógica” em nossa conjuntura sócio-histórica.

Nessa passagem do impresso ao digital, percorrido pelos consultórios sentimentais que se multiplicavam nas revistas femininas, voltamos nosso olhar ao *blog* de Viviane Freitas – filha de Edir Macedo² – disponibilizado no *site* da Igreja Universal do reino de Deus, que tem por intuito, segundo a blogueira, “compartilhar com todos os internautas as experiências que [viveu] ao longo da [...] vida, mas, sobretudo, como superou cada uma delas” (FREITAS, 2019). Especificamente, tomamos para análise uma das seções do *blog*, nomeada “Casamento Blindado 2.0”, dedicada a aconselhamentos sobre relações conjugais. Para tornar o acesso ainda mais convidativo, as repostas dadas às consulentes nesse *blog* deixaram de ser escritas e passaram a ser faladas: em gravações, que duram cerca de 5 minutos cada, Vivi (como também é mencionada), usando uma voz mansa e pausada, dá conselhos às esposas em conflito, tendo, ao fundo, uma música instrumental e lenta. Mulheres interessadas em “salvar” seu casamento podem ouvir os conselhos de Vivi a qualquer hora, em qualquer lugar e de graça. Uma vez no digital, a abrangência de cada conselho dela é ilimitada, já que a língua de vento (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004) se move, percorre fluidamente por entre frestas estreitas, por onde só o vento passaria.

Da constituição do *corpus* e das análises

Diante de nosso propósito de analisar o modo como discursividades sobre a mulher e o casamento se produzem na mídia impressa e na digital, constituímos nosso *corpus* por sequências discursivas recortadas de uma das cartas e sua resposta publicada no consultório sentimental da revista *Claudia*, no ano de 1972³, e de uma pergunta e sua resposta disponíveis em áudio, datado de 2020, na seção de aconselhamento sobre casamentos, do *blog* de Viviane Freitas, pastora da Igreja Universal do Reino de Deus.

O título da seção em que se insere a carta publicada em *Claudia* é “Aqui, Carmen responde”, uma das diversas denominações da seção destinada às cartas sentimentais da revista (CARNEIRO, 2018). A seção do *blog*, por sua vez, recebe a nomeação “Casamento Blindado 2.0”, inspirada no título homônimo do livro de autoria do cunhado e da irmã de Viviane Freitas

² Edir Macedo é o bispo fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, proprietário do Grupo Record e da TV Record, a terceira maior emissora de televisão do Brasil.

³ A carta é parte do arquivo da pesquisa realizada por Carneiro (2018).

(Renato Cardoso e Cristiane Cardoso). O livro, lançado no ano de 2012 e igualmente destinado ao aconselhamento conjugal, é uma reedição da obra “Casamento Blindado”, publicada cinco anos antes, e se apresenta como sendo a “ajuda que você precisa para continuar mantendo seu casamento à prova de divórcio.” (CASAMENTO, 2019). É interessante notar que a marca de atualização da edição do livro – que também nomeará a seção de consultoria sentimental no *blog* de Viviane Freitas – se dá pelo acréscimo, em seu título, de “2.0”, numeração que especifica um modelo de circulação de dados na internet, que se caracteriza pela criação de ambientes de interação (O’REILLY, 2005). Trata-se, assim, de uma marca do discurso sobre o digital no título da seção.

Tais títulos – das seções de *Claudia* e do *blog* – antecipam a finalidade dos aconselhamentos buscados em cada uma delas: enquanto os conselhos dados por Carmen podem ou não ser direcionados à manutenção do casamento, os conselhos (discurso religioso) dados por Vivi tem a missão de “blindar” quaisquer interferências que ameacem os matrimônios das consulentes. Assim, os conselhos solicitados tratam de conflitos matrimoniais, considerando que temos como objetivo compreender como as discursividades sobre a mulher e o casamento produzem efeitos sobre os sujeitos e o social, nessas distintas condições de circulação. Os conselhos, entretanto, atribuídos a Carmen da Silva, jornalista e psicóloga, e a Viviane de Freitas, pastora evangélica, seguem em direções opostas, visto as diferentes posições assumidas pelas consultoras: a primeira diz do lugar de colunista de uma revista feminina; a segunda, do lugar de blogueira do *site* de uma igreja neopentecostal. A primeira diz por si; a segunda, por Deus.

Como mencionamos, Pêcheux ([1969] 1997) nos aponta para a existência de um contexto sócio-histórico que possibilita a formulação e a compreensão do discurso, ou seja, as condições de produção: “estudo da ligação entre as circunstâncias de um discurso e seu processo de produção” (p. 74). Observemos, assim, as diferentes circunstâncias em que foram produzidos os discursos a serem analisados.

O sujeito-consulente, em *Claudia*, diz do lugar de leitora de uma revista feminina, cujo público, em sua maioria, era (e é) composto por mulheres da classe média, que não buscam, exatamente, conselhos pautados em preceitos cristãos. O sujeito-conselheiro, em *Claudia*, era empregada de uma revista feminina, reconhecida pelo meio jornalístico e acadêmico como uma importante feminista da época, não temos registro de qualquer evocação à palavra divina em seus conselhos. A carta que trazemos para análise

foi publicada em 1972, anteriormente à aprovação da lei do divórcio, que, no Brasil, aconteceu somente em 1977; entretanto, em uma década marcada pela “Segunda Onda Feminista”, quando muitas mulheres reivindicavam a igualdade de gêneros, colocando em jogo uma significativa mudança comportamental (CARNEIRO, 2018). Sujeitos-consulente e conselheira dizem de um lugar isento de uma religião, e de um Brasil em ebulição social, tendo a luta pela legalização do divórcio (e, por conseguinte, uma nova organização familiar) como a causa de muitos.

O sujeito-consulente do *blog*, por sua vez, diz do lugar de quem frequenta a Igreja Universal do Reino de Deus, de quem se submete “ao espaço religioso determinado pela Igreja e suas leis” (ORLANDI, 1983, p. 226). Diz, assim, do lugar de pastora evangélica atuante na Igreja que pertence a seu pai, produzindo, há anos, em diversos espaços (virtual ou não) da Universal do Reino de Deus, discursos religiosos, tornando-se uma representante do divino, pois, “fala do lugar de Deus, transmite Suas palavras” (ORLANDI, 1983, p. 228). O conselho e a resposta foram disponibilizados, em 2020, em uma mídia digital, de ampla circulação, podendo ser acessado por qualquer pessoa, apesar de destinado à comunidade evangélica, que tenha fé, que creia em Deus, que tenha o discurso religioso como uma promessa de bem-estar (ORLANDI, 1983).

Apesar de estarmos, *a priori*, inseridos em uma “Quarta Onda Feminista”, ou seja, dispostos “[...] a refletir sobre os ideais do movimento a partir das discussões que ocorrem na *internet*, ou da configuração de um ‘ativismo digital’” (CARNEIRO, 2018, p. 126), estamos em um Brasil, onde 29% da população, com mais de 16 anos, é formada por evangélicos, o que coloca a fé e a religião constitutivas de nossa formação social, nos levando a um retrocesso nas questões (entre outras) femininas e feministas, conforme verificaremos durante as análises. Ressaltamos, ainda, que a Igreja Universal do Reino de Deus é, atualmente, no Brasil “[...] um dos maiores conjuntos de empresas de comunicação do país” (ROCHA, 2006, p. 16 *apud* LIMA, 2017, p. 13), “[...] difundindo, sobretudo, a chamada ‘Teologia da Prosperidade’ e valores associados ao capitalismo e à lógica neoliberal de mercado” (*idem, ibidem*).

Face às diferentes condições em que cada discurso foi produzido, constituímos *corpus* de análise tendo em vista o funcionamento de um trajeto temático, buscando depreender (nas duas consultas e em seus respectivos conselhos) os textos de um acontecimento (conflito matrimonial) a outro (conflito matrimonial), de modo a colocar “o novo no interior da re-

petição” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p. 173). Entendemos que há, pois, conforme nos trazem Guilhaumou e Maldidier (2014), entre os discursos analisados, uma ligação social, uma relação com a história e, o mais importante, uma retomada do arquivo inicialmente constituído (cartas publicadas no “consultório sentimental da revista *Claudia* entre as décadas de 1960 e 2010). Temos, assim, os discursos atribuídos a mulheres casadas, pedindo conselhos sobre seus casamentos em crise, com circulação na mídia, e recebendo um conselho similar a uma “receita” para melhor viver, como um fio condutor de nossa pesquisa.

Para a constituição de nosso dispositivo de análise, mobilizamos também a noção de reversibilidade, ou de não-reversibilidade, para refletirmos sobre ambos os conselhos. Entendemos que a posição sujeito conselheira, nos dois casos aqui analisados, produzem discursos autoritários, impedindo, assim, uma condição elementar do discurso: a reversibilidade, pois, não há “dinâmica na relação de interlocução, o discurso não se dá, não prossegue, não se constitui” (ORLANDI, 1983, p. 214). No discurso autoritário se tem a ilusão de reversibilidade, porque a palavra é tomada unilateralmente não dando brecha a réplicas (ORLANDI, 1983). Na materialidade discursiva dos conselhos, fala a voz da razão; quem dá o conselho, *a priori*, assume uma posição de superioridade em relação aos sujeitos-consultentes, de sabedoria extrema sobre a questão posta no pedido de conselho, de modo a direcionar a vida do outro.

Apesar de os discursos em ambas as materialidades em análise se caracterizarem como autoritários e a reversibilidade de ambos os discursos tenderem a zero, o discurso produzido por Carmen não é um discurso religioso, como o de Viviane Freitas. O discurso religioso se difere abruptamente de outros discursos autoritários porque seu interlocutor é um “porta-voz” de Deus, do Espírito Santo etc.: ele não fala por si, mas como um representante do divino (espiritual) na Terra (temporal). No discurso religioso “fala a voz de Deus” (ORLANDI, 1983, p. 218). Enquanto Carmen fala por si, Vivi fala por Deus, preenche o mais onipotente de todos os silêncios: Deus (ORLANDI, 2007). Vivi seria, assim, uma representante da voz de Deus, uma voz, portanto, sem autonomia, regulada pelo Novo Testamento, pela Igreja Universal do Reino de Deus, pelos cultos etc.

No quadro a seguir, registramos semelhanças e diferenças entre os discursos materializados nas sequências discursivas que passaremos a analisar:

Quadro 1: Das características do *corpus* em análise

Revista <i>Claudia</i>		Blog Casamento blindado 2.0	
Mídia impressa		Mídia digital	
Discurso atribuído à colunista Carmen da Silva		Discurso atribuído à pastora evangélica Viviane Freitas	
Não-religioso, com autonomia	Discurso autoritário	Religioso, sem autonomia	
1972 – Segunda Onda Feminista		2020 – Quarta Onda Feminista	
Sujeito-conselheira fala do seu próprio lugar		Sujeito-conselheira fala do lugar de Deus	
Sujeito-consulente suplica conselho sobre casamento em crise			
Sujeito-consulente pode ou não se submeter ao conselho		Sujeito-consulente tende a se submeter ao conselho	

Para passarmos aos gestos de análise, apresentamos no quadro 2 as sequências discursivas recortadas do consultório sentimental da revista *Claudia*, seguido do quadro 3, contendo as sequências extraídas do *blog*:

Quadro 2: Sequências discursivas recortadas do consultório sentimental da revista *Claudia*

Revista <i>Claudia</i> . Seção Aqui, Carmen responde, nº 133, p. 05, outubro de 1972.
SD1: [...] Segundo ele, todo homem deve ter duas mulheres: a esposa e a amante. [...] Ainda não resolvi se largo tudo e tento recomeçar minha vida, com meu trabalho, em outra cidade, ou se espero dois anos para ver se consigo domar a ‘fera’. Ajude-me a encontrar um caminho. (Taciane Alves)
SD1a: [...] Esse homem está querendo reduzi-la a um trapo – e você lhe presta cumplicidade. Não vejo a possibilidade de tratar seu caso com panos quentes: se puder, saia dessa. Pegue seu título e vá trabalhar noutra cidade. E procure a ajuda de um psicoterapeuta para combater essa vocação de vítima; assim da próxima vez você poderá escolher melhor. (Carmen da Silva)

Quadro 3: Sequências discursivas recortadas do *blog* Casamento Blindado 2.0

<i>Blog</i> Casamento Blindado 2.0 – Resposta aos Internautas. Acesso em 07/02/2020
SD2: Não consigo ser submissa ao meu marido como ao senhor Jesus e isso traz muitos problemas. Ele é batizado com o Espírito Santo e eu não. (Joselaine Ribeiro)
SD2a: O que nos faz entender o real significado dessa palavra submissão é o Espírito Santo. [...] Minha amiga, ser submissa não tem nada a ver com ser oprimida, anulada, dizer sim pra tudo. [...] Deus criou a mulher como uma auxiliadora para o homem. Ela precisa

ser forte de espírito para trazer o bem ao seu esposo e não o mal. Talvez você seja aquela esposa que queira impor a sua vontade a seu marido e, ao invés de você ajudá-lo, você acaba se tornando aquela chatinha e acaba por afastá-lo. [...] O Espírito Santo ele fala sempre a verdade. [...] A sua prioridade deve ser receber o espírito santo, para você recebê-lo, você precisa primeiramente se submeter a ele, entregar toda a sua vida a ele e permitir que ele te molde, isso vai se refletir também no seu casamento [...]. (Viviane Freitas)

Iniciamos nossas considerações analíticas voltando-nos ao funcionamento do já-dito no discurso. Conforme Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014, p. 154), o já-dito constitui a “matéria-prima na qual o sujeito se constitui como sujeito falante, com a formação discursiva que o assujeita”, atualizando discursos que circularam em outra conjuntura sócio-histórica, mas que continuam produzindo sentidos. Observamos na SD1, que traz um fragmento de carta publicada no consultório sentimental da revista *Claudia*, no ano de 1972, a recuperação de já-ditos cristalizados no patriarcalismo que legitimam ao homem ter duas mulheres, mesmo naquelas circunstâncias enunciativas da segunda metade do século XX, quando já se tem como oficial o modelo monogâmico de casamento. No fio do discurso da SD1, o dizer do marido nos chega atravessado pelo discurso da esposa, movimento definido como “heterogeneidade mostrada” (AUTHIER-REVUZ, 1998), por inserir a palavra do marido (outro) na constituição do seu próprio dizer (interlocutora em A), caracterizando uma alteridade enunciativa.

Em seu dizer, a esposa, sujeito-consulente, ainda que participando a contra gosto de um casamento a três, se coloca indecisa sobre como lidar com o marido bígamo e violento⁴. O advérbio de negação “não”, antecedendo ao verbo “resolvi”, marca a não definição da atitude a ser tomada em relação ao conflito; a conjunção “ou”, por sua vez, marca da disjunção lógica que opera na estabilização dos sentidos em nossa formação social, conforme Pêcheux ([1983] 2008) aponta as duas alternativas que ela se impõe para manter ou não o casamento: “domar a fera” ou “recomeçar” a vida em outra cidade. A expressão “domar a fera” traz a opção de se manter no casamento, desde que consiga amansar o outro (ou a outra) envolvidos na trama discursiva. A palavra “fera”, nesse caso, funciona em substituição a outra (marido, amante etc.), por meio do efeito metafórico (PÊCHEUX, [1969] 1997), ou seja, de uma substituição contextual.

⁴ “Outro dia, ele tentou me atirar para fora do carro em movimento e, uma noite dessas, me deu uma surra.” (Fragmento recortado da mesma carta)

Ao final da SD1, temos a caracterização da carta enviada ao consultório sentimental da revista como sendo uma modalidade de carta destinada a obter uma “receita” do que fazer para se desvencilhar de um conflito. Ao pedir ajuda para encontrar “um caminho”, o sujeito-consulente suplica por um conselho, estabelecendo “uma relação de confiança e cumplicidade com a conselheira” Carmen da Silva, requerendo “um retorno, uma resposta” (CARNEIRO, 2018, p. 65).

Na SD1a, o sujeito-conselheira diz do lugar de colunista da revista feminina *Claudia*, de psicóloga e de jornalista engajada nas questões femininas e feministas, sem, com isso, deixar de assumir um discurso autoritário (ORLANDI, 1983), pois, busca anular o dinamismo na relação de interlocução, ao proferir a última palavra. Apesar do discurso autoritário no dizer da posição de colunista, para o casamento, não é projetado o imaginário de um bem indissolúvel; tampouco para o marido projeta-se a imagem de alguém a não ser confrontado. Já no início da SD1a, à imagem de um marido violento e dominador, expresso na SD1, é associada a imagem de esposa que se submete: a palavra “trapo” produz efeitos de sentidos de inferiorização para a esposa ao limite, afinal, o pano reduzido a trapo torna-se inútil e descartável.

Os verbos no imperativo caracterizam normalmente a modalidade aconselhamento, pois, em antítese ao pedido “do que fazer”, temos o “faça assim”. Os imperativos, materializados no discurso do sujeito-conselheira (“saia”, “pegue”, “vá”, “procure”), a tornam onipotente (autoritária) diante do sujeito-consulente: afinal, o sujeito-conselheiro sabe o que fazer mediante ao não saber o que fazer do sujeito-consulente. Na SD1a, marca-se o discurso médico, no aconselhamento de que a consulente precisa de ajuda psicoterapêutica para “combater essa vocação de vítima”; mas sem deixar de marcar a responsabilização dos sujeitos por suas escolhas, característico do sujeito de direito (PÊCHEUX, [1975] 2014): ao afirmar o parceiro como sendo uma escolha da mulher, diz-se da necessidade de a mulher assumir uma postura ativa e não submissa diante da busca pelo companheiro: “assim da próxima vez você poderá escolher melhor”, fazendo ressoar também, via já-dito, dizeres postulados no movimento da “Segunda Onda Feminista”, que trazia na pauta a igualdade entre homens e mulheres.

No conjunto das SDs 2 e 2a, por sua vez, temos na materialidade linguística marcas de já-ditos de um discurso interpelado por uma ideologia religiosa, um discurso relacionado ao sagrado (ORLANDI, 1983). O sujeito-consulente marca o seu lugar de mulher religiosa, ao fazer referências a Je-

sus Cristo e ao Espírito Santo, termos retomados da bíblia, e reclama por não conseguir ser submissa ao marido da mesma forma que é submissa a Jesus. O sujeito do discurso religioso é um ser submetido porque se sujeita “a uma autoridade superior, portando desprovido de toda liberdade, salvo a de aceitar livremente a sua submissão” (ORLANDI, 1983, p. 217), o que coloca o sujeito-consulente em uma situação de conflito: se, no “plano espiritual”, ela é submissa, no plano “temporal” isso não ocorre. Ao usar os termos “não” e “como”, compara as diferentes hierarquias: ao marido não se submete, mas a Jesus, sim. Em seu dizer, segue a comparação, dizendo do fato de o marido ser batizado com o Espírito Santo e ela não. Ela hesita entre ser um sujeito não submisso ao marido (e nem batizado) e ser um sujeito desprovido de toda a liberdade (ser submissa a Jesus), tentando escapar de ser obediente ao Espírito Santo e ao marido, o que cria para ela “muitos problemas”.

Na SD 2a, a conselheira diz do lugar de uma pastora evangélica, constrói “um discurso fictício religioso como um exemplar que funciona como um dicionário discursivo” (ORLANDI, 1983, p. 216). Deus (ou o Espírito Santo) é o locutor; Vivi é a voz que fala na voz de Deus, do qual se coloca como representante simbólica: a voz de Deus se fala na pastora (ORLANDI, 1983). A não submissão da interlocutora em A ao marido é o ponto nodal do pedido de aconselhamento e a interlocutora em B diz ser o Espírito Santo o real significado da submissão, porque no discurso religioso se impõe a submissão, a obediência: os que têm fé se submetem à Palavra divina.

Em seu dizer, no entanto, ao dizer da submissão, não diz da submissão (não tem nada a ver), em um movimento de trazer um sentido outro à palavra que não seja negativo, afinal, “o discurso religioso, para afirmar o que é positivo, deve negar o negativo” (ORLANDI, 1983, p. 233). Segundo o dicionário Houaiss (2009), submissão é “ato ou efeito de submeter(-se), condição em que se é obrigado a obedecer; sujeição, subordinação” que deslizam, no dizer de Vivi, para (não) oprimida, (não) anulada, (não) dizer sim pra tudo; ser submissa ao marido seria ser “auxiliadora” do homem, motivo pelo qual Deus criou a mulher, em uma retomada do discurso bíblico. Ao preencher o onipotente silêncio divino, o sujeito-conselheira determina que a mulher foi criada como auxiliadora de Deus, posição esta hierarquicamente inferior à do homem que, por sua vez, não auxiliará, mas será auxiliado. Caberia à mulher, assim, trazer o bem (e só o bem), ajudar ao homem, jamais ser “chatinha”, impondo a sua vontade, o que, consequente-

mente a levaria à “sujeição”, à “subordinação” trazidos, em um movimento polissêmico, pelo dicionário Houaiss, como sentidos outros de submissão.

Orlandi (1983) nos traz que o poder da Palavra na religião é evidente (p. 227). Assim, ao afirmar que o Espírito Santo fala sempre a verdade, faz retomar um sempre já-dito sobre a (inaudível) voz de Deus ser a voz da verdade, porque no discurso religioso há sempre uma voz que fala nele e essa voz é inquestionável. Assim, se o espírito santo “fala sempre a verdade” e a conselheira é a sua porta-voz, ela se apropriou do silêncio divino para colocar a sua fala (ORLANDI, 2007), portanto, ela também só fala a verdade e, como tal, deve ter seu aconselhamento seguido, obedecido. Sendo o discurso religioso um discurso autoritário, diz que sujeito-consulente precisa (verbo imperativo) se submeter a ele e se submeter a ele, significa “entregar toda a sua vida” a ele, permitir ser moldada por ele, aproximando aí o sentido de “submissão” para o contido no dicionário Houaiss (2009) e, por conseguinte, afastando do que disse não ser “submissão”. O “ele” a quem o sujeito-consulente deve ser submisso, no dizer do sujeito-conselheira, desliza do Espírito Santo para o marido, afinal, tal entrega “vai refletir no seu casamento”.

Apesar de circular em 2020, o modelo de casamento que se pretende no dizer da conselheira, no *blog* Casamento Blindado 2.0, retoma sentidos e práticas de uma formação social patriarcal, em que a hierarquia entre marido e esposa era uma condição basilar para a constituição da família, uma vez que o patriarcado era “um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista” (SAFFIOTI, 2004, p. 50).

Considerações finais

No percurso que ora traçamos, propusemos direcionar nosso olhar para o funcionamento de dizeres sobre o feminino na mídia, por meio da análise de cartas de mulheres e os respectivos aconselhamentos por elas recebidos, em diferentes conjunturas sócio-históricas: no consultório sentimental da revista *Claudia*, na década de 1970, e na seção de aconselhamento conjugal do *blog* de Viviane Freitas, acessível na atualidade.

Com nossas análises, observamos que os discursos de/sobre a mulher e sobre o casamento, em circulação nessas diferentes mídias e com uma brecha temporal de cinco décadas, são produzidos de diferentes modos, porque são sempre decorrentes “de condições de produção dadas [...] situado no interior das relações de força” (PÊCHEUX: [1969] 1997, p. 76).

Entretanto, trazemos como especificidade bastante significativa às diferentes formas de discursivização sobre a mulher e o casamento nessas materialidades: as diferenças entre o discurso não-religioso e o religioso. No discurso religioso, evidencia-se uma mulher submissa e um casamento a ser blindado, pois, apesar de ter sido produzido em 2020, o discurso religioso (aqui analisado) se mantém pautado em já-ditos cristalizados durante o patriarcado; no discurso não-religioso, o aconselhamento segue em direção oposta: em uma conjuntura em que sequer havia sido legalizado o divórcio no Brasil, aconselha-se, imperativamente, ao sujeito-consulente sair do casamento, discursivizando a mulher como independente e o casamento, como dissolúvel.

O *blog* trazido para análise assume, na atualidade, um funcionamento outrora atribuído às revistas femininas, de uma espécie de cartilha de bom comportamento a ser seguida incondicionalmente pelas mulheres (no caso, as evangélicas casadas); mas se mostra ainda mais contundente, uma vez que a pastora é representante simbólica de Deus, o que torna seus conselhos sobre casamento um dizer da voz da verdade. Em termos de funcionamento midiático, o *blog* aqui analisado nos coloca diante de mais um exemplo do que vem sendo chamado de “mídiação da religião” (LIMA, 2017), uma vez que, conforme Sodré (2001, n.p.), por meio de algumas estratégias de marketing, “a vivência religiosa torna-se estilo de vida [...] Crença e mídia passam a ter mais afinidades do que supõe a vã teologia”; e as práticas midiáticas fazem movimentar o mercado religioso.

Em termos discursivos, no entanto, temos que as condições de reprodução dos discursos não se apartam das condições de transformação dos sentidos (PÊCHEUX, 1996). No dizer de ambos os sujeitos-consulentes, temos relatos de angústias sobre a relação com o marido e, por consequência, sobre o lugar destinado à mulher, no casamento, em nossa formação social. Enquanto na carta dirigida ao consultório sentimental de *Claudia*, o sujeito-consulente se encontra dividido entre suportar o marido violento e machista, ou recomeçar a vida sem ele em outro lugar, o sujeito-consulente do *blog* hesita entre se submeter ao marido tal qual se submete a Jesus ou não, apesar de se identificar com os saberes que circulam no seio da igreja a qual pertence. No gesto de pedir o conselho, há também um sujeito que resiste à obviedade dos sentidos que a ele se apresentam. É assim que entendemos que os dizeres dessas mulheres comportam “furos”, sentidos (in)esperados sobre o casamento, contraidentificações (PÊCHEUX, [1975] 2014) com saberes em circulação, podendo sempre fazer emergir

focos de resistência à dominação masculina e/ou à hierarquia entre homens e mulheres; lançando o corpo feminino para um lugar outro que não o da passividade.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BLOG Viviane Freitas. Disponível em: <https://vivianefreitas.com/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CARNEIRO, Ceres. F. **“A culpa (não) é da outra”? O discurso sobre triângulos amorosos no “consultório sentimental” da revista *Claudia***. 2018. 240 p. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

CASAMENTO Blindado 2.0. Amazon. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Casamento-blindado-2-0-Renato-Cardoso/dp/8578609441/ref=dp_ob_title_bk. Acesso em: 25 mar. 2020.

DELA-SILVA, Silmara C.; CARNEIRO, Ceres F. "Claudia responde": os títulos como um lugar de produção de sentidos. In: GARCIA, Dantielli Assumpção; SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari Soares. (Org.). **De 1969 a 2019: um percurso da/na análise de discurso**. 1ed. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 207-227.

DELA-SILVA, Silmara C.; GIMENES, Tássia; TEIXEIRA, Karoline C. Sobre a mulher e(m) seus lugares: discurso, mídia e mercado. In: GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão; PRANDI, Maria Beatriz R.; BASTOS, Gustavo G. (Orgs.). **Quando o feminino grita no poético e no político**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, v. 1, p. 313-328.

DELA-SILVA, Silmara C.; DARÓZ, Elaine P.; CARNEIRO, Ceres F. Bela? Da construção de evidências no discurso sobre a mulher e a beleza. In: SILVA, Dalexon S.; SILVA, Francisco V. (Org.). **Pêcheux e Foucault: caminhos cruzados na Análise do Discurso**. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2017. p. 27-48.

DELA-SILVA, Silmara C. O sujeito mulher como acontecimento jornalístico, uma questão discursiva. *In*: SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari; GARCIA, Dantielli Assumpção. (Org.). **Inquietações de gêneros e sexualidades**: leituras na contemporaneidade. Porto Alegre-RS: UNIOESTE/Evangraf, 2017, v. 1, p. 131-151.

DELA-SILVA, Silmara C. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil**: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. 2008. 225 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

FREITAS, Ronaldo A. **Instrumentação linguística em rede**: análise discursiva de dicionários online. 2020. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. [1981]. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004.

GARCIA, Dantielli Assumpção; LUNKES, Fernanda L.; DELA-SILVA, Silmara C. O sujeito mulher no poder e(m) processos de silenciamento. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabielle S.; SOBRINHO, Helson F.S. (Org.). **Silêncio, memória, resistência**: a política e o político no discurso. Campinas: Pontes Editores, 2019, v. 1, p. 241-260.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. [1979]. Efeitos do Arquivo: A análise do discurso no lado da história. *In*: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de Leitura**: na história do discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014. p. 169-181.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico de Língua Portuguesa**. Objetiva, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=8579837030>. Acesso em: 28 fev. 2020.

LIMA, Pedro H. **Entre a fé e o político**: o discurso do pastor Silas Malafaia nas entrevistas para a TVeja e o talk-show The noite. 2017. 83 p. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

MARIANI, Bethania S.C. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

O'REILLY, Tim. **What is web 2.0**. O'Reilly. 30 set. 2005. Disponível em: <https://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1983.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. [1975] A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-250.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pucinelli Orlandi [et al.] Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.143-152.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 3 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

PERRET, Raphael. Os *blogs* e a multiplicação das vozes. *In*: CAVALCANTI, Mario L. (Org.). **Eu, mídia**: a era cidadã e o impacto da publicação pessoal no jornalismo. Rio de Janeiro: Opus, 2008. p. 15-28.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Carmen. Consultório Sentimental. *In*: **Revista Realidade**, jan. 1967, p. 84. Disponível em: <http://carmendasilva.com.br/site/php/content.php?id=5&idc=33>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SODRÉ, Muniz. A salvação cotada em dólar. *In*: **Observatório da imprensa**. Edição 129, 11 jul. 2001. Acesso em: 25 mar. 2020.